

A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA LOCALIDADE DE HARMONIA I - SÃO LOURENÇO DO SUL-RS

Jean Samarone Almeida FERREIRA¹

Losane Hartwig SCHWARTZ²

Giancarla SALAMONI³

Resumo

A localidade de Harmonia I, localizada no 4º distrito do município de São Lourenço do Sul é formada, essencialmente, por descendentes de imigrantes pomeranos organizados em pequenas propriedades de caráter familiar. Esta vem, ao longo do tempo, modificando seu sistema produtivo a partir da introdução da cultura do fumo. Este trabalho busca compreender como a agricultura familiar da localidade está se reorganizando e quais as características do complexo agrário atual e os reflexos na qualidade de vida dos produtores rurais.

Palavras-chave: Agricultura familiar. São Lourenço do Sul. Harmonia. Pomeranos. Fumicultura.

Abstract

The organization of familiar agriculture in the locality of Harmonia I – São Lourenço do Sul - RS

The locality of Harmonia I, situated in the 4th district of São Lourenço do Sul, is mostly inhabited by descendants of Pomeranians immigrants settled in small properties of familiar character. The place has modified its productive system since the local farmers started to cultivate tobacco. This work searches to understand how the familiar agriculture of the locality has been reorganized, what characteristics of the current agrarian complex are and the consequences in the agricultural producers quality of life.

Key words: Familiar agriculture. São Lourenço do Sul. Harmonia. Pomeranians. Tobacco production.

¹ Aluno de Programa de Pós-Graduação em Geomática – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - Instituto de Ciências Humanas – UFPel - Rua Alberto Rosa 154, CEP: 96010-770 – Pelotas/RS - jean.ferreira@gmail.com

² Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Pelotas - UFPel - Instituto de Ciências Humanas – UFPel - Rua Alberto Rosa 154, CEP: 96010-770 – Pelotas/RS - losanehasc@yahoo.com.br

³ Professora Adjunta do Departamento de Geografia – Universidade Federal de Pelotas - UFPel - Instituto de Ciências Humanas – UFPel - Rua Alberto Rosa 154, CEP: 96010-770 – Pelotas/RS - gi.salamoni@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A área de estudo, Harmonia I, consiste numa parte da localidade de Harmonia, pertencente ao 4º distrito do município de São Lourenço do Sul, localizada entre as latitudes $31^{\circ} 18' 10.922''$ S e $31^{\circ} 21' 9.05''$ S e as longitudes $52^{\circ} 20' 18.01''$ W e $52^{\circ} 14' 1.388''$ W, datum SAD69, conforme a figura 1.

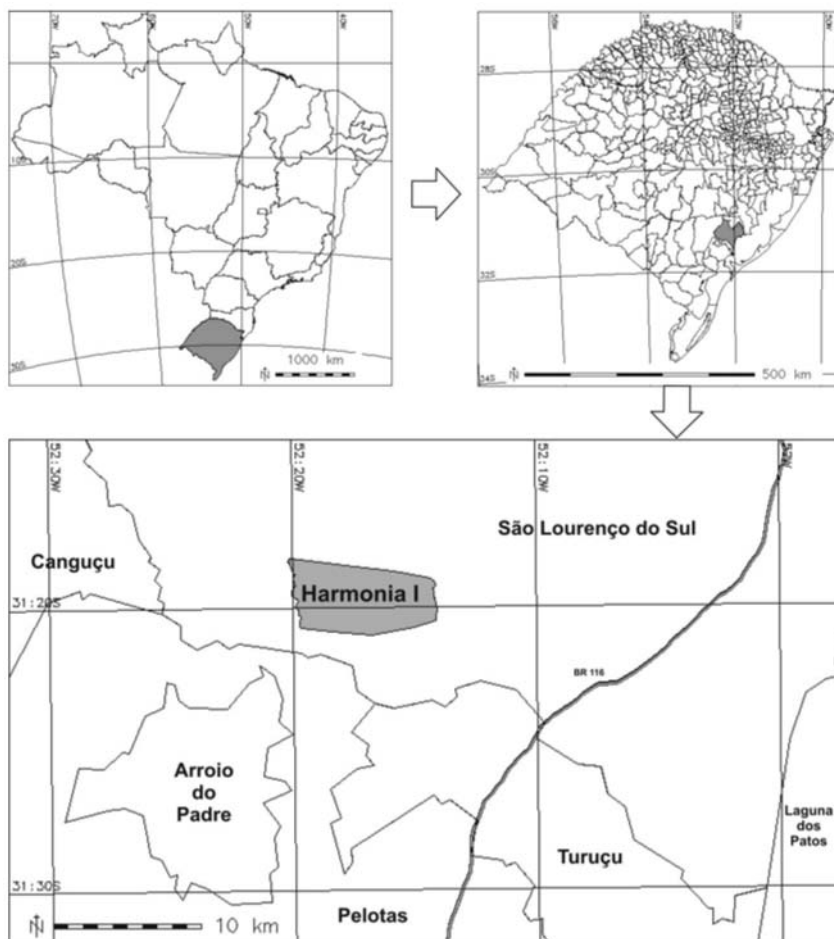


Figura 1 - Brasil, Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul e Harmonia I

Fonte: Levantamento de campo e Malha Municipal Digital - IBGE, 2001.

Ao longo dos anos, os agricultores da localidade de Harmonia I têm se adaptado a uma nova forma de produção. A partir dos anos 80 desenvolveu-se o ciclo produtivo da cultura do fumo, que é atualmente a principal fonte de renda nesta região. A introdução da cultura do fumo modificou o sistema produtivo, a organização do trabalho e a própria maneira de viver dos agricultores dessa localidade. As alterações causadas por este novo

sistema produtivo vão além das mudanças técnicas no sistema e hábitos de cultivo. A fumicultura tem proporcionado aos agricultores, maior capitalização, estabilidade financeira, melhoria na condição de vida e garantia de venda da produção. Porém, é preciso considerar também suas desvantagens, como a exploração e dependência dos agricultores em relação às indústrias, sobretrabalho, danos causados pelo manejo de agrotóxicos, tanto à saúde dos agricultores, como ao meio ambiente.

Neste trabalho, busca-se compreender através de aspectos históricos, sociais, funcionais e de produção, como a agricultura familiar tem se reproduzido nesta localidade. Para tanto, associou-se uma revisão teórica sobre a agricultura familiar e o processo de imigração e colonização da localidade, com um estudo empírico.

Como instrumento de obtenção de informações e dados primários utilizou-se entrevistas semi-estruturadas e observações diretas. As questões abarcaram indicadores referentes à idade, escolaridade e sexo dos membros das famílias, êxodo rural, bem como a forma de aquisição da propriedade, sua área atual e as relações de trabalho. Também foram levantados dados referentes à fertilidade dos solos, recursos hídricos disponíveis na propriedade, máquinas e equipamentos agrícolas usados na propriedade, produtos cultivados, venda da produção e assistência técnica. No que se refere especificamente à fumicultura, foi analisada a relação entre os agricultores e a empresa fumageira, a organização do trabalho, o uso de insumos químicos, principalmente agrotóxicos e a importância dessa cultura na formação da renda dessas famílias.

METODOLOGIA

Neste estudo foi feito um levantamento de dados utilizando-se um tipo de pesquisa em rede, não probabilística, denominada "snowball sampling" (GOODMAN, 1961), na qual o pesquisador, por meio de um ponto de inserção - pessoas com as quais já tinha algum contato prévio - realiza a primeira entrevista. Ao entrevistado é solicitado que indique um ou mais possíveis entrevistados para compor a amostra. No caso desta pesquisa, cada entrevistado indicou três famílias com as quais tinha algum tipo de relação. Entre estas, escolheu-se a que geograficamente estava mais distante de quem a indicou, para a realização de nova entrevista e de novas indicações.

O roteiro das entrevistas foi organizado segundo a divisão de subsistemas internos da agricultura (social, funcional e produção), desenvolvido pela Comissão de Tipologia da Agricultura. A Comissão definiu a agricultura como um sistema formado por três subsistemas internos: social (caracterização do operador), funcional (engloba os mecanismos de transformação) e de produção (output e objetivo do sistema), (DINIZ, 1984). Este conjunto de subsistemas formadores do complexo agrário, permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização do espaço na localidade estudada. Após a elaboração do roteiro, foi feito um pré-teste, permitindo a reformulação e melhor organização das questões.

Juntamente com as entrevistas, foram feitas observações diretas, com o intuito de validar as respostas e obter um maior contato com o fenômeno pesquisado. Neste trabalho a identidade do pesquisador e os propósitos do estudo foram revelados desde o início ao grupo pesquisado, sendo o pesquisador um "observador como participante", (LÜDTKE e ANDRÉ, 1986, p.29). As entrevistas e observações foram executadas em paralelo, sendo que, as observações foram anotadas em local diferente da entrevista/observação. Ao todo foram realizadas 9 entrevistas, com duração de aproximadamente uma hora cada. As famílias pesquisadas contemplam um total de 53 pessoas, sendo 31 homens e 22 mulheres. A sistematização dos dados levantados em campo compreendeu a tabulação e interpretação das respostas, juntamente com as observações.

A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL

A corrente imigratória de europeus para o Brasil iniciou-se no século XIX, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 e consequente abertura dos portos (iniciativas anteriores trouxeram principalmente imigrantes açorianos, não se constituindo, todavia, em fluxos contínuos). A transferência da corte só foi possível com a ajuda da Inglaterra que tinha interesse no mercado consumidor brasileiro, e através de um acordo com Portugal, ganhou o monopólio de comércio no Brasil. O sistema escravista brasileiro passou, então, a ser um entrave ao avanço do capitalismo inglês, que passou a pressionar Portugal para abolir a utilização de mão-de-obra escrava no Brasil (ETGES, 1991). O processo de abolição da escravatura intensificou-se a partir da proibição do tráfico (1851-1852), até a completa abolição através da Lei Áurea (1888). A abolição não foi capaz de originar no país a formação de um mercado de trabalho capitalista, ao contrário, houve uma escassez de mão-de-obra que foi suprida pelo grande número de trabalhadores livres vindos do exterior (SZMRECSÁNI, 1990). Outro fato que ajudou a consolidar a imigração foi a Lei de Terras (1850), que permitiu a compra e venda de terras e fez do Brasil um lugar atrativo aos colonos oriundos da Europa (ANDRADE, 2000).

De acordo com Lando e Barros (1992) a questão da imigração européia para o Brasil corresponde à transformação do regime de trabalho na sociedade capitalista. De um lado, o regime de escravidão estava em decadência e a política de colonização adotada pelo Império brasileiro visava, basicamente, atender aos interesses dos grandes latifundiários que necessitavam de mão-de-obra em substituição à mão-de-obra escrava, especialmente em São Paulo, nas grandes propriedades cultivadoras de café. Porém, em outras regiões os objetivos foram diferentes. Pretendia-se povoar áreas devolutas, de florestas, abrindo vias de comunicação, proteger as fronteiras e ainda suprir as necessidades de alimentos diversos.

No século XIX, houve a entrada de um grande contingente de imigrantes estrangeiros oriundos de diversos países como Itália, Alemanha, Suíça, Portugal, etc. Os núcleos de colonização se estabeleceram, principalmente, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. Foram implementadas medidas oficiais para consolidar a agricultura familiar baseada na pequena propriedade.

Em especial, a vinda dos imigrantes alemães para o Brasil se deu no contexto descrito anteriormente, mas principalmente, “devido as profundas mudanças políticas e sociais ocorridas na Europa desde o início do século passado, onde contingentes populacionais tornados supérfluos ao novo contexto econômico-produtivo, passaram a encaminhar-se para a América, sendo o sul do Brasil um dos principais destinos”, (SALAMONI, 2001, p.25). No Brasil já existia uma preocupação do governo em criar uma nova classe na estrutura social brasileira, que fosse capaz de produzir alimentos para abastecer as cidades e os exércitos em campanha, visando também o aumento da população para a promoção da riqueza e prosperidade no sul do país, além da defesa das fronteiras quando necessário. (CUNHA, 1991).

A política de colonização originou, no Rio Grande do Sul, um campesinato com uma atividade econômica fortemente diversificada, baseada na divisão familiar do trabalho. Surge um segmento de pequenos proprietários em meio a uma região dominada pelo latifúndio pastoril.

A fundação de São Leopoldo, em 1824, é considerada o marco da colonização alemã no Rio Grande do Sul, sendo estabelecida sob a iniciativa do governo imperial em terras da Coroa, às margens do rio dos Sinos. A partir daí muitos outros núcleos foram criados, inclusive pela migração intra-regional de muitos destes colonos para outras áreas (reimigração) do Estado.

Os primeiros imigrantes alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul foram recrutados por agentes do governo brasileiro e receberam excelentes vantagens:

financiamento do transporte, rápida naturalização, liberdade de culto, propriedade de 77 ha por família e animais. Durante um ano receberiam ajuda em moeda corrente de um franco por pessoa e no segundo ano, cinquenta centimos e isenção de impostos. A única condição era que não poderiam transferir para outro proprietário as terras recebidas por um prazo de dez anos (ROCHE, 1969). Estas vantagens foram diminuindo ao longo dos anos e em 1854 as terras já não eram mais doadas e sim vendidas à vista ou a prazo (5 anos sem juros) e seu tamanho diminuía para 48 ha. A despesa de viagem também passa a funcionar como adiantamento reembolsável de 50 mil réis por pessoa. Foram mantidas apenas a hospedagem na chegada ao porto de Rio Grande e a condução até o local de destino (ROCHE, 1969).

Com a Lei de Terras de 1850 e a decisão pela Lei Provincial de 1854 de não mais realizar o assentamento de imigrantes com base na doação de terras, mas através da compra, fixando o preço das terras públicas destinadas à colonização, esta se orientou principalmente pela iniciativa privada.

Entre as várias colônias fundadas por iniciativa privada, poucas tiveram êxito. Entre as muitas iniciativas, de acordo com Coaracy (1957), houve uma colônia que venceu todas as dificuldades, se desenvolveu e prosperou até atingir a autonomia de município, sob administração exclusivamente privada, sem ser encampada pelo governo. Foi a colônia de São Lourenço, situada na Serra dos Tapes, município de Pelotas, fundada em 1958, pelo empresário alemão Jacob Rheingantz.

A LOCALIDADE DE HARMONIA I NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Jacob Rheingantz era sócio da firma Ziegenbein, que adquiria navios movidos a vapor nos EUA para explorar o transporte marítimo entre Pelotas e Rio Grande. Naquela época, levas de colonos alemães passavam por Pelotas, rumo às colônias dos vales dos rios Caí, Sinos, Cadeia, dentre outros. Este fato despertou o interesse de Rheingantz em fundar uma colônia sob administração privada. Após um estudo, definiu as terras ideais para instalar uma colônia, adquiriu do governo 8 milhas quadradas de terra, comprometendo-se em medi-las, demarcá-las e proceder a introdução de agricultores de origem alemã, suíça ou belga, em um prazo de cinco anos. Entre os atrativos da colônia estariam a boa fertilidade dos solos e as vias de escoamento para os produtos, devido à proximidade de dois centros urbanos: Pelotas e Rio Grande. Esta colônia foi dividida em picadas⁴ (Figura 2) e as picadas divididas em lotes de 48 ha - salvo quando a condição do terreno não permitisse tal extensão – que foram vendidos aos colonos recém chegados.

⁴ A palavra picada é sinônimo de localidade e utilizada em conotação histórica.

indiscriminadamente, praticavam uma agricultura intensiva e não utilizavam nenhum tipo de trato cultural que prevenisse a erosão. Nos lotes então desbravados foi desenvolvido, em princípio, um modelo produtivo de autoconsumo, onde era utilizada somente mão-de-obra familiar, permitindo a esses colonos, grande independência econômica em relação ao meio urbano. A produção da colônia consistia principalmente, em feijão, milho, batata, manteiga, suínos, aves, ovos, lenha e carnes defumadas. A aquisição de produtos que não eram produzidos na colônia era feita em armazéns e o pagamento se dava por meio da produção gerada na propriedade.

Passado aproximadamente um século do início da colonização, a colônia experimentou uma modificação no seu sistema produtivo, quando por incentivo do governo associou “às culturas tradicionais de subsistência, matérias-primas como o pêssego, aspargo, milho-doce, morango e ervilha” (SALAMONI, 2001, p.33), que tinham como mercado as indústrias conserveiras. No entanto, estes cultivos foram deixados de lado, posteriormente, devido à falta de mercado para vender os produtos e pelo fato de não haver mais o incentivo do governo. A partir dos anos 80, iniciou-se o ciclo produtivo da cultura do fumo, que se mantém até os dias atuais, sendo a principal fonte de renda dos agricultores do município de São Lourenço do Sul.

A AGRICULTURA FAMILIAR E A FUMICULTURA

A agricultura é uma atividade essencial para o homem e tem como objetivo principal prover o sustento alimentar e econômico da população mundial. Ao longo do tempo vem sofrendo transformações, principalmente, em busca de técnicas de produção mais eficazes, que aumentem a produtividade. Esse processo veio transformando a forma de produção, fazendo com que cada vez mais pessoas fossem obrigadas a vender sua força de trabalho. Porém, há um contingente que se faz presente de forma multifacetada e complexa, e que continua gerando muitos embates teóricos – o camponês, ou agricultor familiar.

Essa categoria é definida como sendo capaz de se reproduzir pela atividade agrícola, sem vender sua força de trabalho e dispondo dos meios de produção: terra, trabalho e capital, e seu destino tem sido muito discutido. A reflexão sobre essa forma de produção remonta a autores clássicos como Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov, que contribuíram com diferentes interpretações e teorias relativas ao destino dessa categoria, com o desenvolvimento do capitalismo. Para Marx e Lênin o campesinato estaria fadado ao desaparecimento. Lênin (1985), baseado em seu estudo sobre o campesinato russo, afirmou que contradições internas seriam responsáveis por sua desintegração, permitindo que o capitalismo, de forma lenta e variada, penetrasse na agricultura, através da criação de um mercado interno, cujo processo fundamental seria a divisão social do trabalho, gerado pela separação do produtor direto dos meios de produção, que se converteriam em capital na mão de novos proprietários. Ter-se-ia uma burguesia e uma massa de trabalhadores, proletários que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. A divisão social do trabalho consistiria na separação entre diferentes tipos de transformação de matérias-primas da agricultura, constituindo ramos independentes, sendo que a própria agricultura se tornaria um tipo de indústria, produzindo mercadorias e se especializando. O camponês estaria completamente subordinado ao mercado (no seu consumo pessoal e na sua atividade). Marx (1986) também afirmava que o capitalismo, ao penetrar no campo, provocaria o fenômeno de concentração da riqueza, tal como na indústria. As grandes propriedades absorveriam as pequenas, levando à proletarianização das camadas mais pobres do campesinato e à generalização da produção especificamente capitalista. Assim, a ruína dos camponeses seria consequência necessária do processo de emergência e evolução do capitalismo que promove a industrialização e leva à desintegração do campesinato.

Kautsky (1998), analisando as tendências da evolução da agricultura sob a influência do capitalismo nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, discorda da tese da concentração de renda pelo avanço da grande propriedade capitalista, afirmando que o capitalismo na agricultura assume formas próprias. O processo de proletarianização se daria com a criação de necessidades e conseqüente aumento da demanda por dinheiro entre os camponeses, mas não com a rapidez esperada. Com a produção para o mercado, surgiria a concorrência e esse camponês já não produziria o necessário para uso próprio (compra inclusive alimentos), tornando-se cada vez mais dependente, abrindo o caminho para a agricultura capitalista. Sob a concorrência ele é levado a aumentar sua jornada de trabalho e utilizar toda mão-de-obra disponível. O processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo seria comandado pela dinâmica do progresso tecnológico, especialmente devido aos efeitos da agroquímica, que acabaria por transformá-la em um ramo da indústria, não eliminando, necessariamente, as pequenas propriedades, mas transformando-as em uma forma de trabalho acessória.

Por outro lado, destacam-se os estudos de Chayanov (1974), que mostram a produção camponesa, não como uma forma de produção em extinção, mas em processo de reprodução, centrada na relação entre o consumo familiar e o trabalho. A unidade de produção familiar na agricultura seria regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornariam diferente da unidade de produção capitalista, não se organizando sobre a base de apropriação do trabalho alheio (mais-valia). O camponês teria por objetivo principal atender a demanda de sua família, sendo que cada integrante contribuiria com sua força de trabalho para garantir a sua própria sobrevivência, sem receber remuneração. Para este autor, o estudo do trabalho da família (cada qual com uma dinâmica própria) e dos elementos que a compõem (número de membros e suas idades) são fundamentais para compreender a produção camponesa. Assim, a composição familiar determinaria a quantidade de trabalho necessário à sua sobrevivência e manutenção da propriedade, sendo impossível aplicar o cálculo do lucro. Ainda, segundo Chayanov, o caráter familiar da mão-de-obra seria um dos principais fatores de organização da unidade produtiva camponesa. O processo de produção é controlado pelo próprio proprietário dos meios de produção. Diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês seria um sujeito criando sua própria existência, com o objetivo de atender a demanda da família e tendo como traço distintivo a capacidade das famílias de imporem a si mesmas um ritmo de auto-exploração compatível com suas necessidades de consumo, o que permitiria compreender sua capacidade de resistência sob contextos econômicos diversos.

Entre os enfoques modernos sobre o campesinato as interpretações consistem, principalmente, na constatação da não destruição das formas não capitalistas de produção. A produção familiar agrícola reproduziu-se ao longo das gerações adaptando-se a diferentes conjunturas sociais, econômicas e políticas. Muitos estudos passaram a explicar sua permanência como produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna, resultado do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo. Sua reprodução que também é explicada pela especificidade do trabalho agrícola e pela racionalidade particular dos agricultores familiares.

Outras interpretações salientam sua capacidade de adaptação aos progressos tecnológicos e a importância da pluriatividade (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas), como estratégia de reprodução das famílias. Devido aos efeitos da modernização sobre a agricultura brasileira, as pesquisas se direcionaram principalmente para as relações entre a agricultura familiar e o capital.

O conceito de camponês foi por muitos considerado vago e indefinido. Com a venda de suas mercadorias, o produtor familiar foi também chamado de pequeno produtor e mais recentemente, agricultor familiar. Defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar.

Para Lamarche (1993), a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família. A exploração camponesa definiria um modelo de funcionamento particular de exploração agrícola, tendo como características a relação produção-consumo e a finalidade de produzir valores de uso. Porém nem todas as explorações familiares são camponesas, ou seja, não estão compreendidas num único modelo.

Estudos mais recentes, como Wanderley (1999), indicam que a economia camponesa pode ser incorporada à economia capitalista, porém, mantém suas peculiaridades, ou seja, suas características de reprodução ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõe no estabelecimento familiar. A preocupação com a integração ao mercado e a garantia do consumo indicam um agricultor familiar que seria a continuidade das formas anteriores, tendo como herança a tradição camponesa que se adaptou às novas exigências do mercado, tendo estratégias econômicas articuladas na atividade mercantil, e também para o autoconsumo.

Assim, a categoria agricultura familiar é usada neste trabalho, de forma geral, para designar unidades produtivas nas quais, a terra, os meios de produção e o trabalho estão estritamente ligados ao grupo familiar.

Para Oliveira (2002), o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se dá de forma contraditória e combinada, produzindo relações especificamente capitalistas e, ao mesmo tempo, relações camponesas (necessárias à lógica do desenvolvimento capitalista). Gera no campo a industrialização da agricultura, pela territorialização do capital, mas também, a expansão da agricultura camponesa, subordinada ao capital, e muitas vezes produzindo exclusivamente para a indústria. Quando o capital se territorializa, a agricultura e a indústria tornam-se partes do mesmo processo (o capitalista da indústria, da agricultura e o proprietário da terra são a mesma pessoa), expulsando trabalhadores do campo para as cidades ou os tornando assalariados no campo. No segundo caso, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território (o capitalista industrial é uma pessoa, e o proprietário da terra e o capitalista da agricultura são outra), como é o caso dos produtores de fumo no sul do Brasil, que produzem para multinacionais.

Para Martins (1979), essas relações de produção não-capitalistas, engendradas pelo capital, são um recurso para sua própria expansão. Há interesse em garantir essa produção não-capitalista nos setores vinculados ao modo capitalista de produção, através de relações comerciais. Assim, a produção familiar camponesa, baseada em relações não-capitalistas, articular-se-ia de forma subordinada ao modo de produção dominante.

No caso da fumicultura, os camponeses são proprietários privados da terra, desenvolvem um sistema produtivo baseado nas formas artesanais de trabalho combinados ao uso de insumos químicos e orientam sua produção para o mercado. A especificidade desse tipo de produção integrada reside nas relações contratuais que esses camponeses estabelecem com os empresários agroindustriais, em termos de contratos formais ou informais. Tais camponeses integrados encontram-se submetidos aos rígidos regulamentos das agroindústrias, como por exemplo: a delimitação da área de produção, tipos de tratamentos culturais, condições de fornecimento dos insumos, condições de aquisição dos produtos agrícolas e normas de pagamento, estabelecidos pelas empresas agroindustriais.

Martins (1983) afirma que neste caso (quando não a separação do trabalhador dos seus meios de produção), quando o produtor preserva a propriedade da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que cresce sua dependência em relação ao capital, se está diante da sujeição da renda da terra ao capital. Onde o capital não se torna proprietário, ou seja, onde não pode extrair juntos o lucro e a renda, ele assegura a extração da renda, estabelecendo uma dependência do produtor, em relação a intermediários, créditos, etc.

O cultivo do fumo pode ser considerado uma estratégia diante do processo de modernização, levando os agricultores a adaptarem sua estrutura de produção, integran-

do-se aos Complexos Agroindustriais, produzindo matéria-prima para o setor industrial. Assim, os produtores passam a organizar sua produção de acordo com as exigências de especialização do mercado. É uma alternativa para obter recursos monetários e garantir a reprodução do grupo familiar, pois seu sistema de cultivo está baseado em tratos artesanais, não exigindo grande desenvolvimento tecnológico e tem a comercialização garantida.

A relação com o capital agroindustrial é estabelecida mediante contratos de integração vertical, sendo o produto unicamente voltado para a comercialização. Com isso, as demais atividades, como o plantio de batata, feijão, milho, amendoim, bem como, a produção de leite e a suinocultura se voltam cada vez mais para o autoconsumo, devido aos baixos preços pagos ao produtor por estes produtos. Seyferth (1990) explica esse fato através do “ethos camponês”, que faz com que o agricultor vise sempre, dentro do possível, a auto-suficiência da unidade de produção. Isso explicaria o motivo de continuarem se dedicando a uma policultura, associada à criação de animais, mesmo tendo como atividade principal a fumicultura.

Cabe ressaltar que, pela adoção de inovações no sistema produtivo, acaba o produtor se endividando e se submetendo ao capital. A indústria o torna cada vez mais dependente dos insumos que fornece. À medida que a empresa fornece as condições de produção, ela assume o papel de agente financeiro dos produtores. A relação de dependência também é verificada no preço estipulado pelo produto. A indústria paga o que achar conveniente, pois o produtor tem contrato de venda com a empresa, não tendo outra alternativa de escoamento da produção, nem o produto lhe é útil para consumo na propriedade.

O preço é estabelecido através dos cálculos do custo da produção. Porém, dentro do cálculo entram os itens adquiridos externamente, aos quais são atribuídos valores monetários (sementes, fertilizantes, equipamentos, financiamentos bancários, mão-de-obra contratada, etc), sendo que, a força de trabalho familiar não é contabilizada nos custos, ou seja, o trabalho está contido no produto vendido, não sendo remunerado, mostrando o processo de transferência de renda do produtor para as empresas fumageiras (SALAMONI, 2001).

A ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM HARMONIA I

Para melhor entender a organização da agricultura na localidade estudada, as questões analisadas foram organizadas segundo os subsistemas internos da agricultura. O primeiro subsistema analisado foi o social e teve como objetivo identificar quem é o produtor.

As unidades pesquisadas contemplam um total de 53 membros, cuja idade está distribuída conforme o quadro.

Quadro 1 - Distribuição das idades dos moradores nas unidades pesquisadas

0-15 anos	16-25 anos	26-35 anos	36-55 anos	56-75 anos	Mais de 75 anos
9	11	6	13	11	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Os dados representam a estrutura familiar da localidade onde, geralmente, convivem três ou mais gerações no mesmo domicílio. Conforme Seyferth (1990) esta é uma família camponesa tipicamente européia, que não mudou muito desde o século XIX. A maioria são homens (31), sendo 22 mulheres.

No que se refere à escolaridade, mais da metade possui até a 4ª série do ensino fundamental. Essa escolaridade foi encontrada principalmente entre as pessoas com mais de 55 anos, pois este era o nível máximo de ensino praticado na localidade quando estes estavam em idade escolar. As pessoas com idade entre 26 e 55 anos apresentam escolaridade entre 4ª e 8ª série, e entre os mais jovens, com idade entre 16 e 25 anos, a maioria concluiu o ensino fundamental. Não foi encontrado nenhum analfabeto. Na localidade não existe escola de ensino médio e apenas uma escola de ensino básico completo. Atualmente as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentam a escola. Levantamento feito em 2003 por empresa fumageira, com famílias de fumicultores do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, num universo de 37.362 crianças e jovens com menos de 18 anos, indicou que estavam freqüentando a escola, 94,2% das crianças (7 a 14 anos), 73% dos jovens (15 a 18 anos) e 27% não estavam freqüentando a escola. As principais causas do abandono indicadas foram a inexistência de escolas de nível médio na localidade ou proximidades e a falta de transporte. (FOLHA DE OURO, 2004).

Das famílias entrevistadas, quatro pessoas se mudaram para a cidade nos últimos 5 anos, sendo que, duas por formarem novas famílias (casaram), uma por motivo de trabalho e outra buscando sua independência (não era proprietário da terra). Observou-se que a saída destas pessoas da localidade foi em busca de um tipo de vida diferente: todos deixaram de ser agricultores e já tinham uma nova colocação e moradia na cidade.

No que se refere à forma de aquisição da propriedade, percebeu-se que a mais comum é a herança. Geralmente, herda a propriedade um dos filhos que se compromete a administrá-la e cuidar dos pais na velhice. Quando na herança são contemplados mais de um herdeiro, geralmente, o que fica administrando a propriedade compra a parte dos demais, que podem adquirir outra propriedade. De uma forma ou de outra, se mantêm como proprietários. A divisão entre herdeiros (particionamento para uso ou venda) é a situação menos comum e devido a este fato, verificou-se que grande parte das propriedades, nesta localidade, apresentam sua estrutura fundiária original.

Todos os membros da família têm uma ocupação específica, de acordo com o sexo e idade. A mão-de-obra familiar é composta pelos pais, filhos e outros membros da família e caracteriza-se por não ter um pagamento (salário) em troca de seus serviços, em contrapartida, o resultado do trabalho é compartilhado entre todos os membros da família (SALAMONI, 2000). Cabe destacar aqui o trabalho feminino, que acumula as atividades na produção agropecuária e as tarefas domésticas, geralmente executadas nos intervalos das anteriores. A fumicultura raramente ocupa mão-de-obra externa. Nesta pesquisa apenas dois agricultores de um total de 41 (força de trabalho considerada ativa, entre 16 e 75 anos) prestam serviço em outra propriedade, mediante pagamento de diária ou ajuda mútua, e somente durante a safra do fumo. Um dos entrevistados, respondeu que deixou de contratar mão-de-obra, porque atualmente a margem de lucro que o fumo oferece não permite mais a contratação de ajudantes, mesmo em período de safra.

Na localidade, as pessoas mantêm uma vida social ativa, através da igreja, jogos de futebol e festas. A igreja Luterana é um dos pilares sociais da comunidade, sendo que todos os entrevistados têm vínculo e a freqüentam regularmente. Junto à igreja existe um salão paroquial onde são realizadas as festas de casamento, batizado e confirmação. A igreja sempre foi um ponto de convergência, pois associa a religião a outras atividades sociais. As principais festas religiosas são o Natal e a Páscoa. Na Páscoa, conserva-se a tradição dos "Stippen", onde, na madrugada do sábado de aleluia, um pequeno grupo de pessoas fantasiadas de forma que não possam ser reconhecidas, acompanhadas de um gaiteiro, visitam as propriedades vizinhas, tocando e dançando.

Outra instituição que se mostra forte são os clubes de futebol, que mantém campeonatos regulares, festas e jogos aos domingos, com início após o culto religioso ou na parte da tarde. Domingo é o dia da semana em que não se trabalha, apenas são executados afazeres domésticos e tarefas essenciais, como o tratamento dos animais. Associado ao futebol, os bailes animados por bandas e discotecas são as principais fontes de lazer disponíveis na localidade.

O segundo subsistema analisado foi o funcional e teve como objetivo entender como se desenvolve a produção na localidade.

Em quase todas as propriedades pesquisadas foram encontrados os implementos agrícolas básicos (trator, reboque, pulverizador, arado, grade, disco e outros) e o específico para a cultura do fumo: a tecedeira. Apesar de usarem trator, os agricultores continuam usando força animal, geralmente cavalos, usados para puxar arado e grade, em áreas muito inclinadas ou então na tração de carroças para os trabalhos mais leves. A renda adquirida com o cultivo do fumo permitiu aos agricultores a renovação dos equipamentos antigos e a aquisição de novos.

O tamanho médio das propriedades pesquisadas é de 30,83 ha, sendo que a menor tem 16 ha e a maior mantém seu tamanho original. A área média ocupada das propriedades é de 17,9 ha, sendo que, considerou-se área ocupada: as instalações físicas da propriedade, lavouras, matas nativas e de florestamento comercial. A área média não ocupada das propriedades é de 12,94 ha, sendo que, considerou-se área não ocupada: áreas com muitas rochas, estradas e partes da propriedade sem uso. Devido ao relevo da Serra dos Tapes, algumas propriedades possuem áreas muito inclinadas ou com muitos afloramentos de rocha, inadequadas para a agricultura. Quanto à fertilidade dos solos, todos os entrevistados reconhecem que está na média da região, isto é, em suas próprias palavras, "nem muito boa, nem muito ruim". Em duas propriedades foi constatada a existência de erosão, sendo que, em uma delas estava sendo feita a recuperação da área. Dentre os principais problemas observados estão: a retirada das matas ciliares e a não utilização das curvas de nível. Em alguns pontos observou-se assoreamento e desmoronamento das margens do arroio. Nesse sentido, percebeu-se uma falta de conhecimento técnico por parte dos agricultores.

Além da localidade apresentar boa malha hidrográfica, a maioria das propriedades possui poços, cisternas e açudes. Os poços são abertos pelos próprios agricultores, construídos com tijolos, dentre os quais são deixados espaços para que a água infiltre para dentro do poço. Esta geralmente é a água utilizada para uso doméstico na propriedade. As cisternas também são construídas com tijolos e coletam água dos telhados através de canos. Esta geralmente é a água utilizada para uso geral na propriedade. Já os açudes existem de forma natural ou então são abertos pelos agricultores, geralmente, aproveitando a declividade do terreno e cercado por taipa. Estes apresentam dupla finalidade: além de ser uma reserva hídrica à disposição na propriedade, são utilizados para a criação de peixes. Estas formas alternativas de obtenção de água são importantes, principalmente em períodos de seca, em que ocorre a diminuição do nível dos arroios e córregos.

A aplicação de adubo químico nas lavouras de fumo, bem como de inseticidas, fungicidas, herbicidas e antibrotante são feitas sob recomendação do orientador da empresa fumageira. A aplicação do adubo orgânico é feita conforme a disponibilidade do mesmo e os próprios agricultores determinam a quantidade. Os formicidas são comprados pelos próprios agricultores e sem nenhuma orientação.

A empresa fumageira que atua no município de São Lourenço do Sul presta assistência regular ou sempre que solicitada, apenas no que se refere à cultura do fumo, faz análise de solos e autoriza a compra de agrotóxicos. O valor das análises de solos é descontado do valor que o agricultor tem a receber pela venda do fumo à empresa. Dessa mesma forma são negociados outros insumos (adubo, lonas, sementes, clipes, bandejas de isopor, etc.). Sobre a assistência prestada por outros órgãos ou instituições (Secreta-

ria Municipal, Emater, Universidade ou Colégio Agrícola), os entrevistados disseram desconhecer a atuação destes na localidade.

O lixo inorgânico gerado nas propriedades, principalmente o papelão, o papel e o plástico, é queimado ou enterrado. Já o ferro e materiais metálicos são vendidos como sucata. Não existe coleta de lixo na localidade e todos os entrevistados afirmaram que se existisse na localidade uma coleta seletiva de lixo participariam. As embalagens de agrotóxico são lavadas e devolvidas para a empresa conforme escala de coleta pré-determinada. A água utilizada na lavagem das embalagens volta para o pulverizador para ser reaproveitada. Quanto à possibilidade de eliminar o uso de agrotóxicos na propriedade, todos os entrevistados afirmaram que não seria viável produzir o fumo com o padrão exigido pelo mercado sem a aplicação de agrotóxicos.

O último subsistema analisado foi o de produção e teve como objetivo descobrir o quanto é produzido, o que é produzido e para quem é destinada essa produção.

O Banco de Dados da Zona Sul – ITEPA (2005), mostra que São Lourenço do Sul tem se destacado na produção de fumo. Os municípios da Zona Sul produziram em 2004 cerca de 63.558 toneladas de fumo, dos quais São Lourenço do Sul produziu 17.977 toneladas. Em 2001, o município produziu 6.400 toneladas das 25.700 produzidas pelos municípios da Zona Sul. Esses dados mostram o grande crescimento da fumicultura no município em apenas três anos. Também no Banco de Dados pode se constatar a queda no cultivo de outros produtos como batata inglesa (de 40.500 toneladas em 2001 para 22.500 em 2004), cebola (de 8.100 toneladas em 2001 para 3.600 toneladas em 2004), milho (de 78.000 toneladas em 2001 para 38.880 em 2004), entre outros. Ainda de acordo com o ITEPA, em São Lourenço do Sul o número de produtores aumentou de 2.527 em 2003, para 3.017, em 2004. O número de estufas aumentou de 3.294 em 2003, para 3.971, em 2004. Com a introdução da cultura do fumo, a soja foi a cultura que mais perdeu espaço, sendo hoje plantada apenas para a utilização na propriedade. A área plantada de milho diminuiu cerca de 50% e o feijão, batata inglesa e doce, em várias propriedades, são cultivados somente para o consumo, pois, segundo os entrevistados, o valor pago por esses produtos não cobre os gastos da produção. Muitos, inclusive, afirmaram usar recursos ganhos com o cultivo do fumo para compensar as perdas nas outras culturas. Ainda para o consumo são cultivados Cebola, hortaliças e frutíferas. Entre os produtos comercializados, que segundo os agricultores contribuem na geração de renda, foram citados o amendoim, o mel e o leite. Quando questionados sobre qual cultura é mais importante na formação da renda familiar, todos os entrevistados destacaram a cultura do fumo.

Em todas as propriedades foram encontradas criações de equínos, bovinos, suínos e aves. As aves são criadas somente para consumo próprio. Já a criação de suínos, que outrora fora importante fonte de renda, hoje apesar do baixo preço ainda encontra mercado.

Os valores de venda dos produtos são sempre definidos pelos compradores, o que demonstra claramente a impotência dos agricultores perante o mercado. Devido a este fato, é praticamente impossível prever retorno financeiro e conseqüentemente, planejar investimento e melhorias nas propriedades.

Além da empresa fumageira, atua na localidade uma empresa de laticínios. Todos os agricultores entrevistados têm contrato de venda da produção com a empresa fumageira, apenas 2 com a empresa de laticínios e somente 1 com a cooperativa que atua na região. Na década de 70 e 80, grande parte dos agricultores tinham contrato com empresas conserveiras de Pelotas.

A renda das propriedades é basicamente oriunda do fumo e do salário dos agricultores aposentados. A maior parte dos entrevistados afirmou que cultivando fumo obtém um lucro de 50%, mas observam que este já foi bem maior, e que cada vez mais o alto preço dos insumos e o preço baixo pago pelo fumo produzido vêm reduzindo essa mar-

gem, chegando, em alguns casos, a não cobrir as despesas. A questão do valor pago pelo fumo é uma incógnita, visto que, os agricultores produzem e classificam o fumo seguindo os padrões que a empresa determina, saindo da propriedade com uma classe definida, registrada em um cartão da empresa para que possa ser rastreado em caso de má qualidade. Este quando chega na empresa é reavaliado e na maioria das vezes, para classes inferiores, acarretando na diminuição do valor pago aos agricultores, que não têm como interferir neste processo. Percebe-se aí, mais uma estratégia da empresa para obter altos lucros já na compra do produto.

A dependência dos agricultores em relação à empresa fumageira também se mostra forte na hora da obtenção de crédito. Todos os entrevistados afirmaram que obtém crédito junto à empresa fumageira para adquirir os insumos necessários ao cultivo do fumo. Outras fontes de crédito (PRONAF, banco e cooperativa) são consideradas secundárias.

Em média, os agricultores entrevistados plantam fumo há 14 anos, sendo que o produtor mais antigo cultiva o fumo há 44 anos e o mais novo, há 2 anos. Metade dos entrevistados confirmou que foram influenciados a plantar fumo pelos vizinhos que já produziam e estavam obtendo bons resultados. Todos afirmaram que plantam fumo por gerar maior renda em relação aos outros produtos, destacando que, em termos financeiros, a vida da família melhorou. A vantagem principal, até então, segundo os agricultores, é o aumento na renda da família, quando comparado a outros tipos de produção. A maioria dos entrevistados utilizou as seguintes palavras "melhorou somente em termos de renda", isto é, excluindo qualquer outra forma de benefício. Com maior renda, os agricultores adquiriram implementos agrícolas e outros produtos que proporcionam um conforto maior às famílias, dentre os principais, destacam-se carros, motos, eletrodomésticos e móveis.

Como citado anteriormente, o trabalho do agricultor, geralmente, não é avaliado em termos financeiros. Nesta localidade se trabalha em média 12 horas diárias, fora do período da safra do fumo. Na safra este número aumenta em média 4 horas, geralmente 2 a 3 dias por semana. Os ganhos obtidos com o fumo faz com que a grande carga de trabalho durante a safra não seja considerada um problema para os agricultores, mas sim, a única forma de aumentar sua renda.

O cultivo do fumo ainda é uma atividade altamente dependente do uso de agrotóxicos, devido aos padrões de qualidade exigidos pelas empresas fumageiras e também o interesse das mesmas em vender o produto aos agricultores. Os avanços tecnológicos dos últimos anos proporcionaram uma maior eficácia e redução das quantidades aplicadas nas lavouras, mesmo assim, o uso indiscriminado pode contaminar a água, o solo e principalmente as pessoas que lidam direta ou indiretamente com os agrotóxicos. Notou-se certo comprometimento das empresas em relação à questão. Dentre algumas iniciativas destacam-se a distribuição de folhetos explicativos e cartazes sobre manejo integrado de pragas e doenças, tríplex lavagem de embalagens, aplicação correta de agrotóxicos e a distribuição de sacos para armazenagem e recolhimento de embalagens que não podem ser lavadas. Nesta pesquisa encontrou-se apenas uma pessoa que teve problemas de saúde relacionados ao trabalho no cultivo do fumo, com o uso de agrotóxicos. Esse número pode não representar a realidade, pois não se sabe ao certo qual a percepção dos agricultores em relação aos males causados pelo uso dos agrotóxicos. Acredita-se que a grande maioria saiba do risco que corre ao manusear estes produtos, mas geralmente não o associam às doenças que tem, principalmente aquelas que apresentam sintomas somente em longo prazo. Talvez nem os médicos que atendem na área rural façam associação entre as principais doenças que atingem aquela população e o uso de agrotóxicos, apenas tratem as doenças de forma isolada. Na observação em campo teve-se a comprovação que os agricultores não usam o EPI (Equipamento de Proteção Individual), ou usam somente parte dele (geralmente utilizam somente as luvas). Não é por desconhecimento ou por falta do equipamento, mas a maioria alega que "é muito calor para usar o equipamento

completo" ou "fica difícil se movimentar". Logo se percebe que o problema não é técnico e sim falta de conscientização por parte dos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na localidade há uma forte relação com o capital agroindustrial, uma vez que a atividade predominante é a fumicultura, cuja produção é unicamente voltada para a comercialização. Os agricultores afirmam que a renda do fumo permitiu a aquisição da maioria dos equipamentos agrícolas que hoje existem na propriedade, sendo que os demais cultivos se voltam cada vez mais para o autoconsumo, devido aos baixos preços pagos ao produtor. O fumo continua sendo a cultura mais rentável para esses agricultores e sua produção se mantém, apesar das exigências mundiais de redução na área de tabaco. Esta pode ser considerada uma estratégia, uma alternativa para obter os recursos e garantir a reprodução do grupo familiar, mantendo esses agricultores no campo.

Para tanto, foi necessário que os agricultores adaptassem sua estrutura de produção às exigências do mercado. A grande vantagem é a garantia de comercialização do produto. Porém, o agricultor encontra-se numa posição desfavorável em relação às indústrias, que é agravada pelo fato deste estabelecer uma relação individualizada com a empresa, o que dificulta uma atuação coletiva para reivindicar melhores preços. A organização dos produtores seria fundamental para mudar essa situação de dependência e exploração. Essas circunstâncias justificam repensar a agricultura, as relações de produção, o impacto dessas transformações para os produtores rurais e suas famílias, na sua qualidade de vida e no meio ambiente.

Apesar das transformações, a agricultura continua mantendo um caráter próprio de organização interna, uma racionalidade vinculada às tradições, costumes, valores passados de geração em geração. Esses aspectos são importantes para explicar a especificidade do trabalho familiar, a relação entre os produtores e a própria permanência deste tipo de produção. A convivência de várias gerações no mesmo domicílio, a sociabilidade entre os moradores da localidade, a manutenção das tradições e a sucessão hereditária, onde apenas um herdeiro fica administrando a propriedade, são fatores importantes nessa análise.

A pesquisa mostrou que esses agricultores não se tornaram completamente especializados, pois continuam se dedicando à outras culturas, apesar dos baixos preços pagos, ou seja, continuam se dedicando à uma policultura, associada à criação de animais domésticos, mesmo tendo como atividade principal a fumicultura.

Em relação ao manejo da terra, métodos passados de geração em geração ainda hoje podem ser observados, como por exemplo, a queimada para limpeza de área para plantio. Há um descaso do governo, que nunca se preocupou com a instrução destes agricultores em relação aos cuidados com a terra e ao meio ambiente. No passado, esses métodos foram uma questão de sobrevivência, uma luta contra o meio, mas nos dias atuais são injustificáveis. Na localidade, a única assistência técnica é da empresa fumageira, nenhum outro órgão ou instituição ofereceu ou oferece orientação ou assistência a esses agricultores. Diante disso, e das características fisiográficas da localidade, estes não vêem alternativa para substituir o cultivo do fumo.

Cabe ressaltar que, para o agricultor familiar investir em outra alternativa, essa decisão não deve implicar em ameaça à manutenção das relações existentes entre a força de trabalho e meios de produção, ou seja, as decisões não são tomadas visando unicamente a rentabilidade, existindo muitas outras particularidades, que vão dar sentido à reprodução social de cada grupo. Não se pode negligenciar os conflitos, a diversificação e

divisão do trabalho, as relações de gênero, aspectos sociais, culturais, financeiros, bem como a trajetória do grupo e suas perspectivas. Também os custos da produção, a rentabilidade, a mão-de-obra disponível e ainda os recursos naturais, as características do meio onde está inserido. Assim, este trabalho buscou fornecer informações e dados sobre essas especificidades e características da localidade estudada, buscando entender como a agricultura familiar vem se organizando, sendo uma base para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, p.11-19, 2000.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974 (p. 1-132).
- COARACY, Vivaldo. **A Colônia de São Lourenço do Sul e seu Fundador Jacob Rheingantz**. Saraiva: São Paulo, 1857, 161 p.
- CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumicultura**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 184p.
- DINIZ, J.A.F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278 p.
- ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 209 p.
- FOLHA DE OURO. Jornal. **Escolaridade na região fumageira é boa**, n. 86, maio/junho, p.1.
- GOODMAN, Leo. Snowball sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, p. 148-170, 1961.
- IBGE. **Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001**. Brasília: 2001. 1 CDROM, v. 1. Escala: 1:250000.
- ITEPA – Instituto técnico de pesquisa e assessoria. **Banco de Dados da Zona Sul- RS**. Boletim informativo nº 16/2005 Pelotas: EDUCAT, 2005. p. 35-42.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (586 p.)
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993. 336 p.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. et al. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p.9-46, 1992.
- LÊNIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. (p. VII-121).
- LÜDTKE, Menga e ANDRÉ, Marli Elisa D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Liv. Editora Ciências Humanas, 1979. 157 p.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1983. p.151-177.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1986. 138 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K. et al. (Org.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 280-306.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969 (2 vols).806p.

SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - o caso da comunidade pomerana em pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, n.1, p. 25-42, 2001.

SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar: Possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. Tese (Doutorado em Geografia) Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2000.331p.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990. 103p.

SZMRECSÁNY, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990. p. 29-48.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 405 p.

Recebido em fevereiro de 2008

Aceito em abril de 2008